



Comissão de Educação,
Cultura e Esportes da Câmara
Municipal de Campinas

Seminário

Desafios da Educação Infantil

Relatório Final

Câmara Municipal de Campinas
Comissão de Educação,
Cultura e Esporte



SEMINÁRIO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Relatório Final

Câmara Municipal de Campinas

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

2005



SEMINÁRIO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista em que vivemos é marcada pela exclusão social onde uma pequena minoria se apropria dos bens, riquezas e serviços produzidos coletivamente e vem mantendo seus privilégios ao longo da nossa história. Para a maioria da população o pouco que usufrui em termos de políticas sociais é arrancado do poder público com muita luta e sofrimento.

É essa situação que se pretende mudar buscando uma sociedade democrática, multi-cultural e pluri-étnica em que os bens e riquezas produzidos coletivamente sejam igualmente distribuídos. Para que isto aconteça é necessária informação e organização.

Há muito tempo grupos de pessoas lutam por essa mudança, que no caso brasileiro ganhou reforço com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Esses documentos legais produziram um novo ordenamento jurídico no qual a criança passa a ser sujeito de direitos e a educação infantil, agora é incluída no sistema de ensino, como primeira etapa da Educação Básica.

Um dos setores que mais precisam modificar, elevando a qualidade e democratizando o acesso é justamente o da Educação e nesta especialmente a educação infantil, pois a demanda não atendida é

sempre elevada e os sistemas municipais de educação precisam implantar medidas que visem atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, qual seja, receber em creches até 2006, 30% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 5 anos e até o final desta década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 80% das que se encontram na faixa etária de 4 a 5 anos em pré-escolas.

Para lutar pela garantia desse direito, para que efetivamente o poder público implante medidas que concretizem as metas estabelecidas e para divulgar essa informação torna-se necessária a ampla participação de todos os segmentos da sociedade. Nessa perspectiva a Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de Campinas propôs e fez realizar este Seminário (Desafios da Educação Infantil), nos dias 2 e 3 de dezembro de 2005 tendo ainda como objetivo buscar subsídios para a atuação parlamentar em Educação Infantil, em sintonia com a realidade das redes pública e privada de educação infantil de Campinas e região.

Referido Seminário teve como público alvo professoras, monitoras, coordenadoras, diretoras e supervisoras, aberto a pessoas interessadas no tema, atingindo um total de 200 participantes (**nomes de todas as presentes na contra capa**) de um total de 327 inscrições realizadas vindas de 119 "unidades" públicas e privadas além de organizações não governamentais e universidades, com ampla maioria de Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil de Campinas, sendo que se inscreveram principalmente monitoras (140 inscrições) e



professoras (127 inscrições) num total de 27 áreas profissionais inscritas.

Pela vivência no cotidiano de creches e pré-escolas, além do conhecimento acumulado, estas pessoas contribuíram com propostas fundamentais para subsidiar planos, programas e projetos nesse nível de educação de modo que o parlamento e todas as frentes de luta possam estar a serviço e em consonância das melhores propostas para a educação de nossas crianças pequenas.

PROGRAMAÇÃO

Dia 02 de dezembro de 2005

Abertura oficial que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Campinas Vereador Dário Saadi, da Secretária Municipal de Educação Professora Doutora Helena Costa Lopes de Freitas e do Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esportes da Câmara Professor e Vereador Paulo Bufalo que coordenou a mesa, destacou a importância do evento e fez a leitura da Carta da Coordenação para Abertura do Seminário cujo texto colocamos adiante.

Posteriormente houve a Conferência sobre a Política de Educação Infantil, proferida pela Professora Doutora Ana Lúcia Goulart de Faria, da Faculdade de Educação da UNICAMP com enfoque na evolução e construção social da concepção de educação da criança pequena, de um ser anônimo, quase impedido de se movimentar pois era totalmente enfaixado à condição de sujeito de direitos como estabelecem as leis atualmente em vigor.



Em seguida houve uma apresentação cultural criativa, participativa e alegre com o Grupo Teatral "Último Tipo".

Dia 03 de dezembro de 2005

Na abertura a Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP Lisete Regina Gomes Arelaro também proferiu Conferência sobre a Política de Educação Infantil, enfocando a trajetória da Educação Brasileira ressaltando as idéias pedagógicas de cada época referentes a educação da criança pequena.

As duas conferências serviram de fundamentação ao trabalho dos grupos, para os quais foi reservada toda tarde deste dia.

AGRADECIMENTOS

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de Campinas agradece:

Às profissionais membros da Comissão Organizadora do Seminário:

- Alessandra de Souza Pereira – Professora Rede Municipal de Campinas
- Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho – Professora da Universidade Federal do Pará
- Ariane Favaretto – Socióloga e Assessora Parlamentar
- Elizabete Maria dos Santos – Monitora Rede Municipal de Campinas
- Jessica Del C. Vega Galván – Professora Educação Infantil Creches UNICAMP (Licenciada) e Assessora Parlamentar
- Joseane Maria Parice Bufalo – Professora Rede Municipal de Campinas
- Mariza de Jesus – Monitora Rede Municipal de Campinas
- Rosana Ceccon – Professora Rede Municipal de Campinas
- Sônia Regina Paula Santos – Monitora Rede Municipal de Campinas
- Vera Lúcia Gomes dos Santos – Monitora Rede Municipal de Campinas

Às Conferencistas

- Ana Lúcia Goulart de Faria – Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Lisete Regina Gomes Arelaro – Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP

Às pessoas que contribuíram na coordenação dos grupos temáticos:

- Lincoln César Moreira – Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Maria José Ávila – Orientadora Pedagógica Rede Municipal de Campinas
- Roberta Cristina de Paula – Professora Educação Infantil Creches UNICAMP
- Simone Pinto da Silva – Diretora Rede Municipal de Campinas
- Beatriz Angélica Alcântara Cardoso – Orientadora Pedagógica Rede Municipal de Campinas

Às entidades apoiadoras do evento

- Associação dos Pós Graduandos da Faculdade de Educação da UNICAMP – APG
- Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios – SINDHOSP
- Banespa

À Eduardo Turati pela Produção Gráfica e apoio na infra-estrutura



**Carta da Coordenação para Abertura
Seminário: Desafios da Educação Infantil
02 e 03 de Dezembro de 2005**

A Educação Infantil (0 a 6 anos), primeira etapa da educação básica¹, consolidada em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, para ser oferecida em creches e pré-escolas, vem sofrendo com a falta de prioridade política e financeira pelos três níveis de governo.

Desde 1998, com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, que recolheu compulsoriamente, 60% dos recursos de Estados e Municípios vinculados à educação para financiamento do ensino fundamental, houve cortes profundos de verbas dos demais níveis da educação, que já eram insuficientes principalmente onde já existiam redes consolidadas. Isso ocorreu sem investimento de dinheiro novo e sem considerar a realidade ou o tamanho das redes de educação infantil de cada município.

Tal iniciativa, que atendeu as recomendações dos acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, fez agravar ainda mais as condições dos outros níveis de educação não contemplados pelo FUNDEF.

Em particular a educação infantil, cuja responsabilidade direta pela oferta cabe aos municípios, ficou sujeita à situação de endividamento e incapacidade financeira dos governos locais, à não prioridade enquanto política pública social e primeira etapa da educação básica e às mudanças metodológicas e organizacionais para

¹ “LDB - Artigo 21 – A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior.”

atendimento da demanda que acarretaram lotação das unidades e intensificação extrema do trabalho.

Assim, muitos municípios brasileiros estão violando os direitos das crianças e suas famílias à educação infantil de qualidade em tempo suficiente para atendimento de suas necessidades e das trabalhadoras deste nível de educação à condições de trabalho, formação e carreira.

Mesmo diante deste contexto, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional em junho uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB em substituição ao FUNDEF. A PEC deixa de fora do “novo” Fundo as creches (0 a 3 anos) e rompe o conceito de Educação Básica construído historicamente e consolidado na Constituição e na LDB. Embora exista a possibilidade de uma emenda no Congresso Nacional incluir as creches no FUNDEB, o texto original revela qual é a política do Governo para educação infantil nacional e deixa aos municípios que sequer dão conta da demanda atual, a responsabilidade de arcarem integralmente com a oferta de creche.

Em Campinas há uma demanda estimada de 14 mil crianças de 0 a 6 anos que precisam de uma vaga. Além disso, existem outros desafios a serem enfrentados como a insuficiência do número de trabalhadoras, a formação e a carreira dessas profissionais, o financiamento da merenda, a infra-estrutura das unidades de educação, a antecipação do ensino fundamental, os critérios de atribuição, o planejamento, entre outros que merecem atenção.

Este seminário cuja idéia central é refletir sobre tais desafios, a luz das questões políticas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal, foi organizado



com o intuito de ampliar o debate e construir uma pauta de lutas, representativa e legítima, para as diversas frentes que envolvem a educação infantil em Campinas e na Região, além de ser uma atividade de formação. O resultado final deverá ser um diagnóstico dos problemas e apontamentos de iniciativas a serem tomadas no próximo período.

Para tanto, após as conferências, as pessoas serão divididas em seis grupos temáticos elencados a seguir com a indicação de sub-temas não conclusivos:

1. Trabalho das Profissionais da Educação Infantil: organização tempo/espço, número de crianças, mistura de idades (agrupamentos), cuidar/educar,...
2. Formação: marco regulatório (Constituição e LDB), estratégias de formação continuada (2 horas das monitoras), qual a formação das profissionais da educação infantil???,...
3. Carreira: carreira das trabalhadoras que atuam com a criança, plano de cargos e carreiras, critérios de atribuição,...
4. Ser Criança: histórico, direito ao brincar, condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos,...
5. Financiamento: gestão e planejamento (caixa escola), vinculações orçamentárias, Lei Orçamentária, parâmetros para definição de um conceito de educação infantil de qualidade social, recursos para ONG's, fiscalização das particulares, "Nave Mãe",...
6. Currículo da Educação Infantil: projeto político pedagógico, prioridades e eixos do currículo, organização tempo/espço, relações,...

Bom Seminário!

A Coordenação
Comissão de Educação, Cultura e Esportes

GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho à luz da realidade e dos elementos trazidos pelas Conferências proferidas dedicaram-se aos temas propostos valorizando a idéia de construção de elementos para "*um diagnóstico dos problemas e apontamentos de iniciativas*" pelas diversas frentes que envolvem a Educação Infantil em Campinas e Região tais como os poderes públicos, movimentos sociais, entidades e Conselhos.

Portanto, as sínteses em forma de questionamentos ou encaminhamentos dos grupos apresentados a seguir reproduzem os cartazes e anotações entregues pelos relatores à coordenação do evento, além de elementos da apresentação dos resultados de cada grupo na Plenária Final.



GRUPO 1

TEMA: Trabalho das Profissionais da Educação Infantil: organização tempo/espço, número de crianças, mistura de idades (agrupamentos), cuidar/educar,...

As primeiras constatações no que diz respeito a rotina dos tempos estabelecidos pelas unidades de educação que, em certa medida, engessam os trabalhos com a criança, os espaços arquitetônicos com concepções ultrapassadas e não favoráveis à educação infantil e a implementação de "programas" preocupados com a quantidade sem considerar as diferentes realidades e a qualidade, fizeram com que o grupo iniciasse suas discussões pela definição de um conceito de educação infantil.

A partir daí foram levantados questionamentos que envolvem a política de formação dos agrupamentos e a organização do número de crianças, por idade, por adulto e por espaço físico. Além disso, o grupo apontou elementos a serem priorizados na organização tempo e espaço, na formação profissional e no planejamento visando enfrentar contradições e garantir a qualidade social da educação infantil.

Síntese do Grupo 1:

Educação Infantil: espaço para a criança viver sua **INFÂNCIA** e que passa essencialmente pela formação, planejamento e políticas que busquem qualidade e **NÃO** quantidade.

Política de agrupamentos / mistura de idades

Críticas:

- Há excesso de número de crianças por profissionais.
- Não houve adequação tempos e espaços (salas pequenas).
- Não houve formação profissional.
- A motivação foi ampliar a oferta de vagas e não o critério pedagógico

Questões:

- agrupamentos (mistura de idades) ou ajuntamento?
- inclusão (como trabalhar?)
- Afinal: teoria? X prática? X espaço físico? X formação?

Cuidar e educar: indissociáveis

- Houve avanços que através da formação, porém há muito para ser feito.
- Planejar e se auto-avaliar constantemente para garantir o cuidar e educar.
- Como as crianças vivem seus direitos num espaço planejado por adultos?

Tempo e Espaço

- A organização do tempo e espaço enfrenta obstáculos. A tentativa de organizar é constante e a angustia também.
- Organizar tempos e espaços para romper com algumas rotinas e garantir às crianças a possibilidade de poderem estar sozinhos em grandes ou pequenos grupos. Ex: o sono.



- Famílias omissas e pouco participativas X creches / profissionais resistentes à participação das famílias.
- Direitos e deveres que contemplem a relação de respeito **EU** e o **OUTRO** independente de idades, classes sociais, raças, religiões,...
- Brincadeiras / Brincar como desencadeador das práticas educativas.
- Formação para monitoras pautado na consciência para uma prática educativa de qualidade.

GRUPO 2

TEMA: Formação: marco regulatório (Constituição e LDB), estratégias de formação continuada (2 horas das monitoras), qual a formação das profissionais da educação infantil???,...

A formação é um aspecto imprescindível para a valorização das profissionais de educação infantil e para a construção de um trabalho de qualidade com as crianças pequenas. Desse modo, a formação proporciona o direito das profissionais de terem autoria da sua prática (saber pensar e saber fazer), estarem inseridas na carreira do magistério e, ao mesmo tempo, garante o direito das crianças de serem educadas e cuidadas por profissionais formadas. A educação infantil se constituiu, historicamente, com duas categorias de profissionais: as monitoras e as professoras.

Uma das diferenças dessas profissionais é justamente a formação. Os sistemas de educação infantil não exigiam² a formação específica das monitoras; quanto às professoras, a formação recebida nos cursos Normais e na Pedagogia, muitas vezes não contemplou a especificidade das crianças de 0 a 6 anos. No cotidiano, a existência de duas profissionais (com formações, salários, valorização e funções diferentes) gera diversos conflitos nas creches. Um deles reside no fato de termos dois tipos de profissionais educando e cuidando as mesmas crianças. As pesquisas na área mostram que não podemos dicotomizar a educação, separando o cuidar e o educar, o corpo e a mente. Dessa forma, não faz sentido ter cargos diferenciados quando o trabalho com as crianças deve ser integrado.

Quando falamos em formação, dois aspectos são fundamentais para se analisar: a formação inicial e a formação continuada. O grupo responsável por essa discussão, considerou essas duas vertentes da formação e delineou algumas propostas para elas.

A LDB em seu Artigo 62 do Título VI – Dos Profissionais da Educação, aponta:

"A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação

² Atualmente existe a tendência de se exigir no mínimo o Magistério para o ingresso no cargo, lamentavelmente nem todos os sistemas modificaram sua legislação.



infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Compreendemos, a partir disso, que todos os profissionais da educação infantil devem ter a formação mínima exigida pela LDB. Nosso grupo propôs que os sistemas de ensino viabilizem o curso de Pedagogia às monitoras, através de convênios do tipo do PROESF (UNICAMP e Prefeituras da macro-região de Campinas).

A formação continuada também é um direito dos profissionais do ensino (art.67, inciso II da LDB). Nesse aspecto consideramos que monitoras, professoras e especialistas necessitam dessa formação, pois, como abordado acima, nem todas tiveram disciplinas específicas da educação infantil. Quanto à formação continuada, nosso grupo propôs que os sistemas de ensino garantam e incentivem a formação continuada para todos os profissionais, inclusive oferecendo cursos aos sábados.

O grupo finalizou a discussão com um aspecto específico da cidade de Campinas: as duas horas semanais de formação para as monitoras sem no entanto chegar a um consenso sobre o tema.

Síntese do Grupo 2:

- Pedagogia para todos os profissionais da Educação Infantil.
- Garantia e incentivo à formação continuada.
- Não exclusão das monitoras das convocações, eventos, cursos e palestras (Resolução 1).

- Formação continuada que seja conjunta: monitoras, professoras e especialistas de 0 a 6 anos.
- Mais cursos aos sábados.
- Avaliação criteriosa de quem ministra os cursos da Rede.
- 2 horas de formação na escola: ouvir as monitoras para saber o que querem para essa formação. Conscientizar a importância do planejamento em conjunto.

Opções para garantir a formação em serviço (monitor):

- 28 horas com crianças, mais 2 horas de formação (opcional na escola ou fora) e mais 2 horas de planejamento (na unidade).
- Uma semana com 2 horas de planejamento na escola e outra semana de formação (opcional).
- Juntar monitor, professor e especialista.
- 2 horas semanais: possibilidade de fazer fora da escola.
- Responsabilidade de formação (2 horas) na unidade (professor, monitor ou especialista).

GRUPO 3

TEMA: Carreira: carreira das trabalhadoras que atuam com a criança, plano de cargos e carreiras, critérios de atribuição,...



Neste grupo estavam reunidos diversos profissionais da área: professores, monitores, orientadores pedagógicos e outros, assim como em todo o seminário. A discussão teve como eixo central a carreira dos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Foi um debate bem participativo entre os membros do grupo, que se pautou sobre os papéis de atuação, principalmente, dos professores e monitores da Rede Municipal de Campinas. Revelando hierarquias existentes no cotidiano de trabalho e as condições teórico-práticas que os adultos têm e buscam conquistar para a garantia da infância às meninas e meninos.

O profissional da educação infantil está em construção, bem como sua carreira. Há discussões em âmbito nacional sobre quais os papéis dos adultos na educação da criança pequena. Em Campinas não é diferente, no entanto houve consenso no grupo que é fundamental definir a existência de uma carreira para educação infantil, com predominância de opiniões apontando para a carreira do magistério, embora outros apresentem dúvidas principalmente em relação a como seria o processo para quem já é monitora da Educação Infantil na Rede Municipal.

Síntese do Grupo 3:
CUIDAR E EDUCAR NÃO SE SEPARAM!

Questões:

- O que a profissional quer? O que almeja?
**FORMAÇÃO / VALORIZAÇÃO /
CARREIRA**

- Por que existem dois tipos de profissionais nas creches? Se as funções deveriam ser as mesmas?
- Qual a diferença entre professoras e monitoras?
- Como se daria a inserção das monitoras na carreira do magistério? E quem não quiser estudar? E quem estiver para aposentar? Como fica?

Apesar dos questionamentos houve consenso no grupo da importância de se ter um único tipo de profissional, ou seja, ser PROFESSORA. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação deve dar as CONDIÇÕES. Formação (cuidar e educar) e Carreira.

GRUPO 4

TEMA: Ser Criança: histórico, direito ao brincar, condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos,...

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, consolidam na legislação, crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Desta forma as crianças pequenas devem ser encaradas enquanto tal e não como alunos precoces do ensino fundamental.

Embora a educação infantil seja a primeira etapa da educação básica, conforme determina a LDB, não se deve antecipar a escolarização, buscando outros fazeres que respeitem os direitos e as condições destas crianças pequenas.



O grupo se dedicou a pensar o direito ao brincar e as linguagens, a construção do Projeto Pedagógico que respeite a condição peculiar de desenvolvimento e a formação profissional.

Síntese do Grupo 4:

Brincar

Repensar a concepção

- Brincar não é só jogo de mesa ou só o planejado, é também, "brincar por brincar", o lúdico, a escolha sem tanta exigência e deve fazer parte da rotina esta possibilidade.
- No brincar há o desenvolvimento da criança, de sua identidade, de direitos e deveres. É necessário "aprender brincando".
- Brincar é explorar o conhecimento no horário do parque (não ficar entre quatro paredes). Explorar a natureza e os seus elementos.
- Há contradições nesta idéia e no próprio direito ao brincar. Falta de espaços e de condições adequadas (crianças pensam mas devem se enquadrar ao sistema).
- Criança é um sujeito de direitos, mas SEM VOZ. (tem desejos e necessidades).
- Quando o a criança brinca, a criança é! (está sendo criança quando está brincando).

Projeto Pedagógico

- Construído com professoras e monitoras.
- O pedagógico não deve ser sinônimo de escolarização ou de papel.

- Creche também é lugar de educação da família.
- Necessidade da valorização e reconhecimento da educação infantil: registro e divulgação.
- Organizar tempo e espaço (Creches horários "apertados").
- Adequação número de crianças por adulto: ou mais profissionais ou menos crianças.
- Trabalho Pedagógico acaba sendo sinônimo de papel.
- Grande desafio: trabalho com os pares e com os pais.
- Importância na formação e integração dos pares com a família.
- É necessário mudar a organização da escola?
- **Alfabetização é sinônimo de sucesso?** (envolver as famílias)
- **Trabalhamos com crianças ou com alunos?**
- **Que profissional é esse que trabalha com crianças e não com alunos?**

Trabalho

- Criança: trabalhar para ouvir, pedir desculpas e respeitá-la em sua condição. Respeito pela criança está também na flexibilidade.
- Família: formação e envolvimento; transmitir o brincar (as crianças só estão brincando na escola?).
- Reconhecer a unidade do cuidar e do educar.
- Dar limites, regras também é afetividade.



- A infância é uma fase única, não antecipar para que ela seja aluno. Privilegiar a criança. Cada uma tem seu tempo.
- Ousar! Fazer a diferença!

Preocupação da Rede Estadual de Ensino Fundamental – falta de espaço para as crianças brincarem nas unidades que aderiram ao período integral e há muitos professores ingressando.

GRUPO 5

TEMA: Financiamento: gestão e planejamento (caixa escola), vinculações orçamentárias, Lei Orçamentária, parâmetros para definição de um conceito de educação infantil de qualidade social, recursos para ONG's, fiscalização das particulares, "Nave Mãe",...

A coordenação do grupo fez uma exposição acerca da vinculação de recursos para a Educação, evidenciando que na Constituição de 1934 a União e os municípios deveriam aplicar, anualmente, nunca menos do que 10% e os Estados nunca menos do que 20%, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Continha ainda um adendo de que no ensino da zona rural, a União reservaria, no mínimo, 20% das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

A Constituição de 1946 estabeleceu que a União deveria aplicar, anualmente, nunca menos do que 10% e os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios nunca menos do que 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Nas Constituições proclamadas em época de ditadura como a de 1937, do Estado Novo na era Vargas e a Constituição de 1967 há desvinculação de percentuais tanto para a União como para os Estados, significando, portanto, um enorme retrocesso. Na Emenda Constitucional de 1969, apenas o Município é incumbido de aplicar, em cada ano, no ensino primário, 20% da receita tributária municipal. Essa desvinculação resulta em percentuais mínimos aplicados em educação tendo como conseqüência baixos salários para os profissionais da área, degradação das instalações físicas, aumento da população em idade escolar fora da escola, e etc....

A vinculação de recursos para educação foi retomada com a Emenda Constitucional n.24/83, conhecida como "Emenda Calmon" estabelecendo 13% para a União, 25% para Estados, Distrito Federal e Municípios de receitas provenientes de impostos, para manutenção e desenvolvimento do ensino. Tal emenda só entrou em vigor em 1985.

Na Constituição de 1988, os percentuais mínimos estabelecidos para aplicação em manutenção e no desenvolvimento do ensino são, respectivamente 18% para a União e 25% para os Estados, Distrito Federal e Municípios da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências.

Foi apresentado ainda, o debate que envolve a política de Fundos no financiamento da educação com enfoque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de



Valorização do Magistério – FUNDEF (vincula 60% de 25% dos recursos municipais e estaduais da educação ao ensino fundamental) e seu impacto sobre a educação infantil, além da proposta de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB, visto que tramita no Congresso Nacional (agora no SENADO), proposta enviada pelo Governo Federal criando este Fundo, que exclui as creches do financiamento.

Sobre o FUNDEB foi evidenciado que há uma luta em nível nacional para que haja essa inclusão, liderada pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB. A expectativa é que o movimento organizado conquiste, através de emendas, a garantia de recursos para atendimento das crianças pequenas nas creches. A luta a curto prazo é pela inclusão de todos os níveis do ensino básico no FUNDEB, a longo prazo almeja-se um percentual fixo incluído na Constituição para a Educação Infantil, visto que o fundo tem prazo para iniciar e para terminar além do aumento gradativo dos valores investidos na educação.

Ao final foi distribuído o orçamento municipal de Campinas para a educação e solicitado que do valor destinado à educação infantil fosse feito um plano de aplicação com prioridades estabelecidas pelas participantes fazendo um exercício de gestoras municipais dos recursos. Foi muito interessante, pois as participantes conseguiram estabelecer as melhores prioridades de aplicação dos recursos, além de propiciar o debate da importância do financiamento na qualidade social da educação infantil e dos demais níveis.

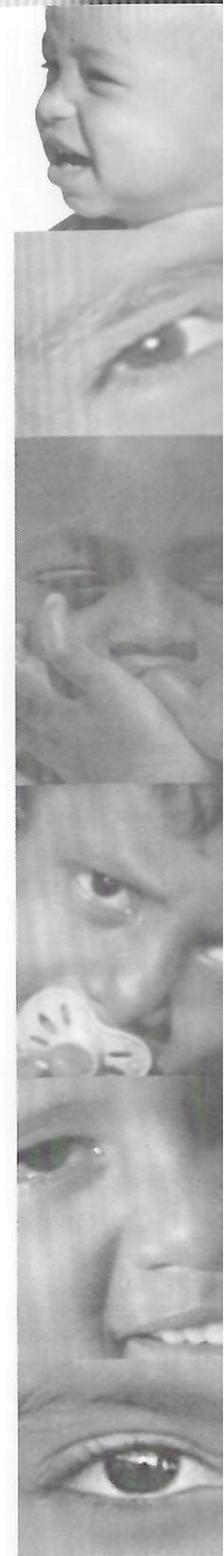
Outro fato muito significativo ocorreu quando uma das participantes relatou a questão da Caixa Escolar e as agruras que passou em sua unidade por ter solicitado transparência na definição de prioridade e aplicação do dinheiro. Deu uma verdadeira aula de ética e de responsabilidade ensinando-nos como se deve lidar com esse tipo de recurso na escola.

Síntese do Grupo 5:

Diagnóstico

- A qualidade da educação infantil passa pelos recursos investidos na educação.
- No dia a dia a preocupação se resume ao cotidiano e às rotinas, muitas vezes o orçamento passa despercebido.
- Novos projetos pedagógicos, geralmente têm como objetivo principal a economia de recursos. (Escola de 9 anos: forma de tirar 1 ano da Educação Infantil que têm grande demanda).
- Onde o Conselho não funciona os trabalhadores e os pais não sabem e não tem liberdade para ter acesso ao orçamento e ao caixa escola.
- Falta clareza até que ponto ir para lutar pelos nossos direitos.
- Creches das Universidades Públicas não dispõe de recursos diretos na unidade para manutenção e outros gastos não permanentes gerando dificuldades e longas esperas mesmo em pequenas compras.

Recomendações



- Lutar por um percentual garantido por lei para a Educação ao invés de fundos (FUNDEF, FUNDEB,...).
- Buscar mais informações sobre o orçamento e o financiamento da educação. (grande parte do próprio legislativo tem dificuldades em analisar o orçamento).
- Motivar movimento de participação (planejamento e fiscalização) dos trabalhadores e comunidade no Orçamento Escolar, no caixa escola e nas verbas carimbadas.
- Garantia de transparência e clareza nos gastos.
- Gestão democrática / Gestão compartilhada.
- Promover campanha estimulando Conselhos das Unidades a discutir financiamento da educação e da escola. (Contas devem ser expostas mensalmente sob pena de suspensão de recursos).
- Construir mecanismos para discutir os gastos públicos e socializar experiências.
- Indicar prioridade financeira para novas construções e ampliações dos espaços existentes.
- Adequar unidades para atendimento de pessoas com deficiência e acessibilidade.
- Construir uma política de compra e renovação de livros infantis.
- Investir na formação profissional.
- Consolidar o Sistema Municipal de Educação.
- Instituir o Fórum Municipal de Educação Infantil.

GRUPO 6

TEMA: Currículo da Educação Infantil: projeto político pedagógico, prioridades e eixos curriculares, organização tempo/espaço, relações,...

O grupo de Currículo na Educação Infantil contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas e foi composto por educadoras da rede municipal de Campinas, Americana e Hortolândia e uma educadora do MST de Paulínia (com trabalho voltado às questões do gênero feminino).

Os relatos das presentes enfocaram como estão concebendo a prática educativa na atualidade, num contexto de muitos desafios, ligados às condições técnicas, materiais e trabalhistas como é o caso das professoras reintegradas judicialmente e das Monitoras de Educação Infantil no tocante às diferenças com relação as demais categorias do magistério municipal de Campinas, em suas reivindicações.

Para além desta reivindicação, "múltiplos olhares" voltaram-se para a intenção de que as crianças pequenas sejam consideradas como sujeito de direitos como estabelecem o ECA, a Constituição Federal e a LDB.

Assim, as reflexões das educadoras contaram como têm trabalhado os direitos: à expressão, à alimentação saudável, à convivência familiar e escolar, à construção de valores de respeito a si e ao outro, aprendizado de conteúdos significativos ligados às diversidades humanas, construção da consciência ecológica e valorização dos espaços de aprendizagem:



horta, passeios com as crianças a bosques, teatros. Estes aspectos foram elencados como importantes eixos do trabalho pedagógico nas escolas de educação infantil e percebemos que a socialização destas práticas num próximo seminário seria uma continuidade muito pertinente.

Síntese do Grupo 6:

- Um currículo comum a todos?
- Um currículo que permite autonomia.
- Faixa etária.
- Número de crianças.

Inclusão da pessoa com deficiência

- Especificidades da criança deficiente.
- Formação dos profissionais.
- Espaço físico.
- Parceria com outras áreas.
- Número de adultos por crianças e condições salariais.

A questão do modelo de gestão

- "Pacotes Pedagógicos".
- Currículo vivido.
- Um currículo que inclua a questão do cuidado.
- As relações adulto-adulto no cotidiano.

A estrutura adulto-criança-espço

- Estudo de capacidade, não prescritivo, de cada equipamento e equipe; a organização do espaço físico; formação dos profissionais (as condições salariais).
- Espaço externo, meio ambiente, para fora dos muros, pesquisa de campo.
- Contato com a natureza.

- Formação para TODOS os profissionais da Educação Infantil: professores, monitores e especialistas sem exclusão.
- Ambiente Educativo é diferente do escolar.
- Condições de trabalho e segurança de trabalho.
- A família.
- A educação não formal.

A cultura

- CIRANDA: História das crianças cultura dos "Sem Terrinhas".
- A história da comunidade a memória e a identidade da cultura local.
- Integração entre saúde e gênero.
- Horta, plantas medicinais ligadas a experiência de vida da criança. Projetos Rurais.
- Presença de um profissional de artes e a formação do Profissional com diferentes linguagens.
- Retomar culturas não hegemônicas.
- O trabalho com etnia e gênero.
- O trabalho com os pais.
- A criança construir o sentido de pertencimento; a criança comunicadora, capaz, produtora de cultura.
- As diferentes expressões culturais: a alimentação, a música, os penteados, religião.
- A comunidade e a creche em relação.
- Currículo construído com todos os atores sociais: pais, monitores, professores, guarda, cozinheira, crianças.



PARTICIPANTES:

Admara Amélia Julião,
Adriana Cristina F. Bueno
Adriana de Cassia F. Serrano
Alessandra de Souza Pereira
Alessandra Nogueira Dutra
Ana Lucia B. de Souza Silva
Ana Lucia B. Fernandes
Ana Maria O. Tancredi Carvalho
Ana Maria Souza Santos
Ana Paula Dias Leite
Ana Ribeiro Paz
Anália Abreu S. L. Monaco
Andréia Cristina Gonçalves
Angela Paula S. Moreira
Antonia dos Santos
Aparecida G. F. De Oliveira
parecida Saturnino Ribeiro
Ariane Favareto
Arlene Machado C. Coelho
Beatriz Angélica
Alcântara Cardoso
Cassia Ap. Epifânio Pieroni
Catia Marina Ferro
Claudinéia Bernardes
Cleonice Ap. Germano
Cristina Ap. G. de Souza
Cristina Maria R. de Souza
Cristina Renata F. dos Santos
Daniela Batista de Oliveira
Denis Cesar Teruya
Diomaria Catarina da Silva
Divacir Francisca dos Santos
Divina Jesus Rodrigues
Edna Lúcia Tavares Alcântara
Elaine Ap. de Jesus Pereira
Elaine Cristina Tomaz
Eleni Ap. Souza de Assis
Elenir Santana Moreira
Eliana Ap. Pires da Costa
Eliana Maria Cantos
Eliane Ceccato Nascimento
Eliete Aparecida de Sousa
Elisabete Alves de Almeida

Elisete Ap. de Arruda Braga
Elizabeth Maria dos Santos
Ellen Regina Augusto Leão
Elza Rafaela Beccari Wolf
Erci Maria Santana S. Ferreira
Eva Tergentino da Silva
Fabiana Ap. Terra Sulvinas
Fabiana de Moraes F. Mendes
Fátima Ap. de Faria Lima
Fátima Ap. Gongora da Silva
Fatima Aparecida Ferreira
Fátima Francisco Barroca
Flávia Maria Duhamel
Flávia Renata Kurdjian Mary
Francisneida Trautocian
Geni Padilha Dusso
Geraldina Rodrigues da S. Militão
Gildete Farias Malio
Gina Raquel de A. P. Conceição
Glória Ap. Frank Brás
Graciete Pereira da Silva
Ilza Francisco B. Marcelli
Irma Roberta Giurato
Isabel Gabriela da S. Machado
Ivanete Lopes S. Santos
Ivani Ribeiro de Paula
Izabella Maria de S. C. Serafim
Izolina Laurene S. Carmassi
Jailma Vieira de Souza
Janaina Padovan Borges
Jandira Ribeiro da Silva
Jessica Del C. Vega Galván
Joana Pereira da Silva
Joiciane Melgaço Neves
José Siqueira da Silva
Joseane Maria Parice Bufalo
Josefa Cineas de Castro Silva
Judith Ap. de Almeida
Julia Tessarolo Felipe
Juliana Padilha Dusso
Katia Ap. Leite P. de Campos
Katia Maria Trombeta Dias
Laura Ap. Alves
Laura Gardenia Pereira
Laurinda Pereira de Souza

Leila Ap. Pardinho
Leila Claudia S. Silva
Lina Marta Martins
Lucia Ivone R. O. Silva
Luciane Cristina G. Bertolini
Luciane de Souza F. de Jesus
Luciane Martins Salado
Luciene da Costa Santos
Luiz Terrible Junior
Luiza de Barros Ramos
Luzia Costa Martins
Luzia de Fátima de C. Mendes
Lydia Aparecida de Jesus
Magda Bernadete J. Morais
Magda Regina dos Santos Silva
Maise Ferreira Garcia
Márcia Ap. de Oliveira Alves
Márcia Cristina Ferreira
Márcia Maria da Silva
Marcia Terneiro Santana
Margarete Neves Pereira
Maria Alice P. Regi Esmeriz
Maria Amélia B. de Paula
Maria Ap. C. Leite Conaggin
Maria Cristina de L. Sernaglia
Maria Cristina Mosca da Costa
Maria de Fátima Faria Area
Maria de Lourdes B. e Silva
Maria Edna Silva de Araújo
Maria Eliene de Moraes
Maria Eliza de Souza
Maria Fatima de T. P. Nardi
Maria Gorete Pimenta
Maria José Ávila
Maria José C. Barboza
Maria José D. R. Manuel
Maria José da Silva Matias
Maria José da Silva Reis
Maria José Marçal Costa
Maria Lima do Nascimento
Maria Lourdes O. Vitoriano
Maria Lúcia Ferreira da Silva
Maria Lucia Lemos Cecon
Maria Salette Borella Campos

Maria Stella de Lima
Maria Tânia de Sena
Maria Vitória Honório
Mariana Jafet Cestari
Mariléia Salvadora Missassi
Marina do Prado Eloi
Marisilda Angela L. Ubirajara
Mariza de Jesus
Marlene Rodrigues de Souza
Marli Cristina Vicente
Marta Iris Solteiro
Marta Raquel Araújo Lima
Marta Silva Soares Monteiro
Melissa Castelli Diniz
Milena Tais de Lima
Neide Modesto da Costa
Nelma Cristina de Carvalho
Nely Alves da Silva Martiniz
Neusa Hermínia dos Reis
Onofra Ap. Marques A. Leandro
Patricia Iris C. Nogueira
Patricia Nicoletti
Priscila Koizumi Paschoal
Priscila Tessarolo Felipe
Regina F. C. Morais
Renata Siqueira
Rita de Cássia Ramos da Silva
Rita Luzia A. Ferrari
Roberta Cristina de Paula
Rosana Cecon
Rosângela Ap. Pereira Vitor
Rosângela da Costa Garcia
Roseli da Cruz Santos da Costa
Roseli do Amaral C. Santos
Rosemary Moises Marcomini
Rosemary Pires de Paula
Rosemeire Cardoso
Rute de Oliveira R. Bento
Sandra Regina Ferreira
Sara Cristina Borges Bueno
Sérgio Luis dos Santos
Sidneya Esteves de A. Guimarães
Silvana Ayres
Silvana Francisco Filho



SEMINÁRIO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Silvana Petrina Viana
Simone Ap. Ferreira Campana
Simone de Paula Nascimento
Simone Pinto da Silva
Simone Roberta P. dos Santos
Sirlene de Fátima Alexandre
Sofia Alves Siqueira Oliveira
Solange de Jesus Pereira
Sônia Regina Paula Santos
Sueli Ap. Bento Bueno
Susana Sabino de A. Neves
Suzi Orloski Pereira
Tatiane de Fátima Furlanetto
Tereza Miriam Pires Nunes
Terezinha de Jesus de C. Costa
Valdevina de Sá Oliveira
Valdinéia Cardoso S. Souza
Valéria Ferreira de A. Melo
Valeria Regina de Oliveira
Vanda Teles Silva
Vandira Borges de Carvalho
Vandira Rodrigues Gerônimo
Vani Alonso Andreoli
Vania Mosso Bonwoart
Vanilza Alves Lima
Vera Lúcia Batista
Vera Lucia Batista de Moraes
Vera Lúcia Gomes dos Santos
Vilma Francisco B. Sanches
Viviane Ap. Rodrigues
Walquíria Evangelista Yolanda
Moysés da Silva
Zilaine dos Santos Barros.

APOIO:

Bianca Piato
Hélio Martins
Lincoln Moreira
Luciana Vieira
Lúcio Pigozzo
Reginaldo Euzébio da Cruz
Waldir Piantoni